



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021 - SMU PROCESSO ELETRÔNICO nº 91.572/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS** para a **aquisição de uniformes, equipamentos e acessórios de utilização dos Agentes de Transporte e Trânsito**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 9h do dia 27/01/2022, às 8h50 do dia 08/02/2022;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 08/02/2022**, no endereço eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico **https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2022/index.php/**. **Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.**

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021 - SMU PROCESSO ELETRÔNICO nº 91.572/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, forma ELETRÔNICA, exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando o Registro de Preços para **a aquisição de uniformes, equipamentos e acessórios de utilização dos Agentes de Transporte e Trânsito**, conforme condições descritas neste Edital e seus Anexos integrantes.

1.2. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito o Termo de Referência - Anexo I, assim como todas as especificações neste contidas.

1.3. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

1.3.1. A Licitante melhor classificada deverá apresentar AMOSTRAS, DEVIDAMENTE ETIQUETADAS, constando o nome e CNPJ da empresa e o número de identificação do item apresentado (conforme o Anexo I-A do Termo de Referência) para avaliação técnica, em no máximo 10 (dez) dias úteis após o encerramento da disputa de lances, sob pena de desclassificação da mesma no certame.

1.3.2. As amostras deverão ser entregues no Departamento de Fiscalização de Transporte e Trânsito (SMU/SSMU/DFIS), na Av. Brasil, 2001 – anexo ao lado do estacionamento, para análise do setor responsável, que emitirá parecer técnico.

1.3.3. O setor responsável da Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU realizará a análise da amostra e emitirá parecer técnico a ser anexado ao processo. Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a amostra será aprovada e o proponente será declarado vencedor.

1.3.4. Caso a amostra não atenda as exigências fixadas neste Edital a mesma será reprovada e a proposta será desclassificada, e será convocada a próxima classificada, respeitada a ordem de classificação, para apresentar amostra em igual prazo, e assim, sucessivamente até a apuração de amostra que corresponda a proposta e que atenda os requisitos do Termo de Referência.

1.3.5. Será desclassificada a licitante que não apresentar as amostras dentro do prazo estabelecido. Não haverá novo prazo para apresentação das amostras.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1.3.6. As amostras apresentadas, cujo licitante não for declarado vencedor do certame, estarão à disposição para retirada no endereço indicado no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a divulgação do resultado final do procedimento.

1.3.7. As amostras apresentadas, caso atendam as exigências, ficarão retidas até a entrega definitiva dos produtos, para efeito de conferência/comparação.

1.3.8. Após análise da proposta e da documentação e aprovação da amostra, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária: 141100.04.122.0007.2004.0000 – 3.3.90.30 – 0.1.57.000000, mediante a devida previsão financeira.

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

Nota Explicativa: O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.



Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

4.1.8. empresas que não se enquadrarem na condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca, se for o caso;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

6.2.4. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo V**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

de 14 anos, conforme **Anexo IV**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo III**.

7.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

7.4.1.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

7.4.1.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

7.7. A documentação, na fase pertinente, será examinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

7.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM**, de acordo com o especificado no **Anexo VII**.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.



X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XI – DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

XIII – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, AUTORIZAÇÃO DE COMPRA E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

13.2. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a retirar/receber a Autorização de Compra/Nota de Empenho dentro do prazo de no máximo 03 (três) dias, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante, podendo substituí-lo por outros instrumentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

13.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a retirar a Autorização de Compra/Nota de Empenho, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.4. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido via postal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente à subsecretaria para assinatura.

13.4.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento da Ata de Registro encaminhada para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

13.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

XIV – DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E DE RESCISÃO

14.1. As aquisições serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a unidade requisitante, nos termos do art. 62 da Lei nº 8666/93, conforme o caso.

14.2. A(s) Nota(s) de Empenho(s) deverão ser anexadas ao processo de administração da aquisição.

14.3. A licitante vencedora fornecerá somente o objeto relacionado neste Edital.

14.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros dos objetos contratados, mesmo que adquiridos por seus servidores.

14.5. Os itens objeto da contratação deverão ser confeccionados por profissional reconhecidamente qualificado.

14.6. A SMU encaminhará por arquivo magnético à Licitante Vencedora as logomarcas e inscrições a serem bordadas/silcadas, contendo as características técnicas inerentes aos uniformes a serem confeccionados.

14.7. Os uniformes deverão ser confeccionados nas dependências da Licitante Vencedora, em local a que terá acesso a SMU.

14.8. A contratação poderá ser rescindida:

I. Por ato unilateral e escrito da SMU, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.9. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.10. Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da Licitante Vencedora, a SMU responderá pelo valor devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela Licitante Vencedora, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.

XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante.

15.1.1. A área competente para autorizar, conferir e fiscalizar o objeto contratado é a Supervisão de Suporte Operacional - SUSOP, observado os arts. 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

15.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.



XVI – DA ENTREGA E DO PRAZO

16.1. A Licitante Vencedora deverá realizar a entrega do objeto contratado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da ordem de fornecimento. Não havendo expediente no dia fixado, a entrega deverá ser efetivada no primeiro dia útil seguinte.

16.2. O objeto contratado deverá ser entregue na Sede dos Agentes de Transporte e Trânsito: Departamento de Fiscalização (SMU/SSMUR/DFIS), situada na Av. Brasil, 2001 – ao lado do estacionamento – Centro – Juiz de Fora – MG.

16.3. Os itens entregues pela Licitante Vencedora deverão obedecer:

- a) A fiel observância das especificações constantes neste Edital.
- b) A perfeita identidade com o material encaminhado pela SMU.

16.4. Constatados quaisquer problemas nos produtos entregues, estes serão devolvidos à Licitante Vencedora, que deverá proceder à sua adequação, no prazo estabelecido neste Edital, de acordo com o volume de correções que deverão ser efetuadas. Os uniformes e produtos refeitos serão novamente submetidos aos critérios constantes do item anterior.

16.5. Não será aceito objeto que não esteja adequado para o uso.

16.6. A SMU reserva-se o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto neste Termo de Referência e no Termo de Autorização de Compra.

16.6.1. A sociedade empresária fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

16.6.2. A entrega do objeto deste instrumento será feita no endereço indicado ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências das especificações.

16.6.3. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

16.6.4. O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a fornecedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações, tratando-se, nesse caso, de recebimento provisório.

16.6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

XVII - DAS OBRIGAÇÕES

17.1. Da Unidade Requisitante:

17.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, o fornecimento dos produtos, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do fornecimento.

17.1.2. Conferir se o fornecimento do produto está de acordo com o inicialmente proposto, embora o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.1.3. Proporcionar condições ao fornecedor para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

17.1.4. Comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

17.1.5. Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

17.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor.

17.1.7. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Edital.

17.1.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

17.1.9. Efetuar o pagamento ao fornecedor por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

17.2. Da Licitante Vencedora:

17.2.1. Entregar, pelo preço contratado, os produtos objeto deste Edital, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante.

17.2.2. Entregar o objeto especificado na **Autorização de Compras/nota de empenho**, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste Edital.

17.2.3. Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

17.2.4. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.

17.2.5. Entregar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

17.2.6. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do objeto, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

17.2.7. Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

17.2.8. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do objeto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

17.2.9. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

17.2.10. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XVIII – DAS PENALIDADES



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

18.1. Os casos de inexecução do objeto deste **edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

18.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

18.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

18.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

18.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

18.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

18.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

19.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

19.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

19.3. O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

19.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

19.4.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

19.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

19.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

19.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

19.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.7. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

19.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

19.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM** e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

22.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

22.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

22.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.7. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

22.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.7.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

22.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

22.8. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

22.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF/SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

22.17. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo II – Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III – Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo IV – Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo V – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo.

Anexo VI – Modelo do Termo de Autorização de Compra.

Anexo VII – Termo de Referência e Valor Estimado.

Anexo VII-A – Especificação Técnica e Estimativa de Preços.

Anexo VII-B – Logomarcas (arquivo digital).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021 - SMU

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. ----- /..... – -----

PROCESSO ELETRÔNICO nº 91.572/2021 – PE nº 345/2021

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Juiz de Fora, por intermédio da, neste ato representada por seu(ua) Secretário(a), Sr.(a), e a sociedade empresária....., estabelecida na Rua/Avenida, nº., CNPJ nº., pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº., R.G. nº., doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal nº.8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº.8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13892/2020 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo eletrônico nº **91.572/2021**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações para o **fornecimento de**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº/20....., Pregão Eletrônico nº/20....., para atender demanda da, doravante denominada UNIDADE(s) REQUISITANTE(s).

CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

3.2. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

3.3. Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A **UNIDADE REQUISITANTE** reserva-se no direito de adquirir as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº/20.....**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.



CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

4.1. As aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil - Termo de Autorização de Compra - entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

4.2. A detentora da Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta.

4.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

4.4. A cópia da Nota de Empenho ou de outro documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

4.5. A Administração Pública tem a faculdade de firmar termo contratual, a partir e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos preceituados na legislação específica ou, conforme o caso, executar a avença com fundamento no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1. O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para o fornecimento, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;

b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para fornecer o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2. O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1. Pela **UNIDADE GESTORA**:

a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem **6.1**;

b) quando o **FORNECEDOR** não apresentar o objeto decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;

c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto fornecido, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item **6.1**;

d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público;

f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;

g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;

h) o **FORNECEDOR** não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

6.2.2. Pelo **FORNECEDOR**

a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.3. O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.



6.5. A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

7.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à subsecretaria/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das aquisições.

7.1.1. A emissão das notas de empenho ou outro instrumento hábil, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES

8.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1. O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do objeto, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

9.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **9.2**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **9.2**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de não fornecimento do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.962/2003.

9.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº/20.....**, seus anexos e a proposta da sociedade empresária _____ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, pelo Decreto Municipal nº 13892/2020 no que não colidir com a primeira, Decreto nº 7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 20.....

Secretário(a)

EMPRESA
Representante Legal
Cargo



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021 - SMU

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021 - SMU

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº
e do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de
habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 345/2021**, assim como tem pleno
conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021 - SMU

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, DECLARA, **sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021 - SMU

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021 - SMU

ANEXO VI - Minuta - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

Objeto:, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 345/2021 e seus Anexos, **na Ata de Registro de Preços nº**, todos oriundo do Processo Licitatório nº 91.572/2021.

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, a **Prefeitura de Juiz de Fora**, inscrita no CNPJ sob o nº, através da (UG) neste ato representada pelo seu (gestor) Sr., brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, **nos termos do art. 62 § 2º da Lei nº 8.666/93, AUTORIZA** a entrega dos materiais abaixo especificados, que serão fornecidos pela Empresa, sediada em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, inscrito no CPF/MF sob o nº

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS:

Item	Especificações	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

Valor Total da aquisição acima especificada: R\$

Prazo para entrega:

Local para entrega:

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Compra, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de execução, prazo de execução, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº/20..... e seus anexos. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº

UG (.....)

De acordo: Empresa

Declaro para os devidos fins que recebi uma cópia da Nota de Empenho nº _____ emitida em favor de minha empresa em ____/____/20....., decorrente da adjudicação e homologação do resultado do Pregão Eletrônico nº/20....., **Ata de Registro de Preços nº**, bem como uma via do presente Termo de Autorização de Compra, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Juiz de Fora,..... de de 20.....

Empresa: _____

CNPJ: _____

.....
Assinatura, qualificação e carimbo



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 345/2021 - SMU

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. SETOR REQUISITANTE

1.1. SMU/SSMUR/DFIS.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de uniformes, equipamentos e acessórios de utilização dos Agentes de Transporte e Trânsito, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição visa atender o fornecimento anual de itens que compõem o uniforme dos Agentes de Transporte e Trânsito, a fim de conferir credibilidade e confiabilidade ao trabalho da fiscalização através do policiamento ostensivo de trânsito, além de garantir segurança ao servidor durante a realização de suas tarefas.

4. As especificações detalhadas e as quantidades estimadas dos itens do objeto desta licitação se encontram no Anexo VII-A deste documento.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1. O preço médio estimado dos itens do objeto desta licitação se encontra no Anexo VII-A deste documento.

6. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PREVISÃO FINANCEIRA

6.1. As despesas com os objetos em questão correrão à conta da dotação orçamentária: 141100.04.122.0007.2004.0000 – 3.3.90.30 – 0.1.57.000000, mediante a devida previsão financeira.

7. HABILITAÇÃO/ CRITÉRIO PARA PROPOSTA /SANÇÃO

7.1. As exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas e sanções por inadimplemento serão aquelas previstas no edital, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/1993.

8. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

8.1. A Licitante melhor classificada deverá apresentar AMOSTRAS, DEVIDAMENTE ETIQUETADAS, constando o nome e CNPJ da empresa e o número de identificação do item apresentado (conforme o Anexo I-A deste Termo de Referência) para avaliação técnica, em no máximo 10 (dez) dias úteis após o encerramento da disputa de lances, sob pena de desclassificação da mesma no certame.

8.2. As amostras deverão ser entregues no Departamento de Fiscalização de Transporte e Trânsito (SMU/SSMU/DFIS), na Av. Brasil, 2001 – anexo ao lado do estacionamento, para análise do setor responsável, que emitirá parecer técnico.

8.3. O setor responsável da Secretaria de Mobilidade Urbana - SMU realizará a análise da amostra e emitirá parecer técnico a ser anexado ao processo. Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a amostra será aprovada e o proponente será declarado vencedor.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.4. Caso a amostra não atenda as exigências fixadas neste Termo de Referência a mesma será reprovada e a proposta será desclassificada, e será convocada a próxima classificada, respeitada a ordem de classificação, para apresentar amostra em igual prazo, e assim, sucessivamente até a apuração de amostra que corresponda a proposta e que atenda os requisitos do Edital.

8.5. Será desclassificada a licitante que não apresentar as amostras dentro do prazo estabelecido. Não haverá novo prazo para apresentação das amostras.

8.6. As amostras apresentadas, cujo licitante não for declarado vencedor do certame, estarão à disposição para retirada no endereço indicado no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a divulgação do resultado final do procedimento.

8.7. As amostras apresentadas, caso atendam as exigências, ficarão retidas até a entrega definitiva dos produtos, para efeito de conferência/comparação.

8.8. Após análise da proposta e da documentação e aprovação da amostra, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

9. DA ENTREGA

9.1. A Licitante Vencedora deverá realizar a entrega do objeto contratado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da ordem de fornecimento. Não havendo expediente no dia fixado, a entrega deverá ser efetivada no primeiro dia útil seguinte.

9.2. O objeto contratado deverá ser entregue na Sede dos Agentes de Transporte e Trânsito: Departamento de Fiscalização (SMU/SSMUR/DFIS), situada na Av. Brasil, 2001 – ao lado do estacionamento – Centro – Juiz de Fora – MG.

9.3. Os itens entregues pela Licitante Vencedora deverão obedecer:

- a) A fiel observância das especificações constantes neste Termo de Referência.
- b) A perfeita identidade com o material encaminhado pela SMU.

9.4. Constatados quaisquer problemas nos produtos entregues, estes serão devolvidos à Licitante Vencedora, que deverá proceder à sua adequação, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, de acordo com o volume de correções que deverão ser efetuadas. Os uniformes e produtos refeitos serão novamente submetidos aos critérios constantes do item anterior.

9.5. Não será aceito objeto que não esteja adequado para o uso.

9.6. A SMU reserva-se o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto neste Termo de Referência e no Termo de Autorização de Compra.

9.7. A área competente para autorizar, conferir e fiscalizar o objeto contratado é a Supervisão de Suporte Operacional - SUSOP, observado os arts. 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

10. DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E DE RESCISÃO

10.1. As aquisições serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a unidade requisitante, nos termos do art. 62 da Lei nº 8666/93, conforme o caso.

10.2. A(s) Nota(s) de Empenho(s) deverão ser anexadas ao processo de administração da aquisição.

10.3. A licitante vencedora fornecerá somente o objeto relacionado neste Termo de Referência.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros dos objetos contratados, mesmo que adquiridos por seus servidores.

10.5. Os itens objeto da contratação deverão ser confeccionados por profissional reconhecidamente qualificado.

10.6. A SMU encaminhará por arquivo digital (Anexo VII-B - Logomarcas) à Licitante Vencedora as logomarcas e inscrições a serem bordadas/silcadas, contendo as características técnicas inerentes aos uniformes a serem confeccionados.

10.7. Os uniformes deverão ser confeccionados nas dependências da Licitante Vencedora, em local a que terá acesso a SMU.

10.8. A contratação poderá ser rescindida:

I. Por ato unilateral e escrito da SMU, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.9. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.10. Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da Licitante Vencedora, a SMU responderá pelo valor devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela Licitante Vencedora, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ANEXO VII-A – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
1	Apito em metal , três sons, para trânsito	75
2	Bolsa confeccionada em náilon grosso , com espaço interno medindo 11,5cm de altura x 16,5cm de largura x 5,5cm de profundidade, na cor preta, com fechamento por meio de zíper reforçado e uma tampa com velcro, com dois passadores para o cinto ajustáveis por meio de velcro, com espaço de 6,0cm; acabamento em viés; forro interno com tecido emborrachado. Um bolso frontal e dois pequenos bolsos laterais, um bolso na tampa e um bolso interno, todos com fechamento por zíper, e três compartimentos internos que possuem divisórias em tela e elástico.	75
3	Boné tipo baseball (6 gomos) em microfibra branca , 100% poliéster, impermeável, gramatura mínima de 105g/m ² , com seis ilhoses bordados, sendo um em cada gomo da copa, com entretela branca no interior, com aba curva com quatro costuras, forrado na frente, com bordado frontal da corporação (logomarca dos Agentes de Transporte e Trânsito fornecida em meio digital pela contratante), na largura de 80mm e 22mm de altura, com regulador de tamanho na parte de trás do boné.	220
4	Bota de alto desempenho para uso policial em operações táticas leves, oferecendo uma combinação de leveza e resistência, resistente à água, na cor preta, com as seguintes especificações: Cabedal Corpo do cabedal em couro bovino nobukhidrofugado graxo, de espessura de 20/22 linhas (2,0 a 2,2 mm), com resistência à penetração de água de no mínimo 120 minutos e resistência mínima à tração de 15 N/mm ² ; dublado com tecido de poliéster e proteção a pequenos impactos laterais com camada de EVA branco densidade de 0,12g/cm ³ com espessura de 3 mm; com reforço em recouro de 1 mm de espessura na região da fixação dos ilhoses e rebites; colarinho em tecido nylon tipo Cordura 1000, 100% poliamida, resinado, com resistência mínima à tração de 230 kgf/5cm na parte externa e forro em acrílico automotivo Twiltext Eco na parte interna, com recheio de espuma de poliuretano; dotado de puxador em couro de 15mm de largura na parte traseira; altura do cano, a partir do piso, de 16 cm na parte traseira e 17,5 cm na parte dianteira, na numeração 40. Costuras simples ou duplas conforme a necessidade, feitas com linha hidrofugada, 100% poliamida de 1ª qualidade; Forração interna de conforto em tecido Twiltext ECO, dublado com espuma de 2 mm, com tratamento antialérgico; Língua frontal unida ao cabedal até a primeira linha de ganchos de engate rápido para evitar a entrada de água e poeira, em tecido nylon tipo Cordura 1000 recheada com espuma e com detalhe em couro; Sistema de fechamento rápido composto de 4 linhas de passadores, presos por rebites, uma linha de passadores travadores, presos por rebites e três linhas de ganchos de engate rápido presos por ilhoses, todos em latão, exceto os travadores que são em aço, todos com tratamento contra oxidação conforme norma DIN; Proteção externa no bico, com faixa de borracha com espessura mínima de 1,5mm, colada ao couro do cabedal por vulcanização a frio de alta resistência, com resistência mínima de 10kgf/cm ² . Bico e calcanhar reforçados por couraça e contraforte de material termoplástico de alta durabilidade e resiliência, constituído por uma lâmina de resinas de polímeros, contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão, reforçada por uma tela de poliéster, com espessura de 1,2 mm. Cadarço em fio de poliéster, hidrofugado, com trança de 16 pernas de 8 cabos e alma de poliéster e que mantém o nó apertado mesmo sob fricção. Plataforma Solado Vibram OutDoor, fabricado com composto de borracha de alta resistência e superior aderência, com dureza 65 Shore A ASTM, densidade 1,14 g/cm ³ , resistência à abrasão DIN 100mm ³ ; com resistência para percurso em uso normal por uma pessoa de 75 kg de no mínimo 650km; desenho do solado desenvolvido pela Vibram (indústria italiana conhecida pelos seus solados de alta performance) que permite boa aderência em superfícies molhadas e com sulcos para saída de lama, com biqueira de proteção contra impactos frontais; Palmilha de montagem da plataforma ao cabedal em recouro de alta resistência, com 3 mm de espessura e que proporciona proteção quanto à penetração de partes pontiagudas do solo, e que não tem suas características afetadas pela umidade; Palmilha de nivelamento e amortecimento em etilenoacetato de vinil (EVA) cinza de 5 mm de espessura, dureza 10-15 Shore A ASTM e densidade 0,20-0,25 g/cm ³ ; Palmilha de conforto moldada em etileno-acetato de vinil (EVA), revestida com tecido de poliéster, com espessura de 14 mm no calcanhar e 4 mm na ponta, com componentes bactericidas, fungicidas e de redução de odores.	75



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
5	Bota de motociclista cano alto. CABEDAL: Couro integral com tratamento hidrofugado resistente a penetração de água, na cor preta, com protetor frontal, bico reforçado, fechamento em velcro e zíper com sistema de ajuste à panturrilha, zíper lateral com proteção interna em couro, Com refletivos fluorescentes (olho de gato) na taloneira e lateral externa. FORRAÇÃO INTERNA: Poliamida com Dry System 100% impermeável e respirável. SOLADO: Tri- componente e tri densidade, sistema de amortecimento com bolha de ar constituído de TPU inflado para maior absorção de impactos. Tamanho 37 ao 44.	10
6	Calça modelo cargofeminina. Com modelagem especial para o biotipo feminino, em tecido TECHNO RIP STOP com composição de 33% de algodão, 67% de poliéster, peso 210g/m², largura 1,61m, construção em tela rip stop, acabamento com proteção UPF50+, tecido com fibra de poliéster 100% reciclada, com repelência a água e óleo, com repelência a agentes químicos, na cor azul petróleo (A94 19-4013 TCX), pespontos da mesma cor do tecido, elástico no cócs traseiro (meio cócs, meio elástico), dois bolsos traseiros embutidos, reforço na braguilha e lado interno do gavião (mesmo tecido e cor), bolsos tipo cargo nas laterais da calça pouco acima do joelho, com velcro para fechamento e pregas. Confecção sob medida; medidas feitas individualmente; padrão de alfaiataria.	100
7	Calça modelo cargo masculina, em tecido TECHNO RIP STOP com composição de 30% de algodão, 70% de poliéster, peso 220g/m², largura 1,61m, construção em tela, acabamento com proteção UV FPM 30, tecido com fibra de poliéster 100% reciclada, com repelência a água e óleo, com repelência a agentes químicos, apresentando ligamento tela com efeito quadrado de poliéster, caracterizando o RIP STOP, proporcionando alta durabilidade à roupa quando utilizada em situações de esforço, na cor azul petróleo, pespontos da mesma cor do tecido, bolso com velcro e pregas, reforço na braguilha e lado interno do gavião (mesmo tecido e cor), bolso lateral da calça pouco acima do joelho, com velcro e pregas. Confecção sob medida; medidas feitas individualmente; padrão de alfaiataria.	200
8	Calça em náilon impermeável para proteção contra chuva feita em tecido Náilon Ripstop 95, na cor azul petróleo ou marinho, com fitas refletivas de 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2°/-4°), nas pernas, em todo o diâmetro, acima e abaixo dos joelhos, com 25mm de largura na cor prata, ladeadas por duas fitas com 15mm de largura na cor verde neon, uma abaixo e outra acima da fita refletiva fazendo o "efeito sanduíche". Compartimento tipo bolso com fechamento em velcro com protetores para os joelhos em espuma injetada na altura da frente dos joelhos e suas laterais. Dois bolsos laterais com fechamento por zíper e aba para protegê-lo de chuva. Zíper e velcro facilitando a abertura na parte inferior da perna, tornando possível vesti-la mesmo com os sapatos nos pés. Abertura frontal feita com zíper, velcro e pressão. Elástico na parte de trás da cintura para aumentar o conforto. Regulagem da cintura feita com velcro de ambos os lados. Puxadores em todos os zíperes facilitando o uso mesmo com luva. Parte inferior do gancho com reforços em tecido náilon rip-stop 95. Forro interno em tela, na parte superior, para facilitar a ventilação, e em náilon, na parte inferior, para melhor protegê-lo contra a chuva. Tratamento para impermeabilização com resistência para 10.000 mm de coluna d'água. Costuras seladas com fitas. Confecção sob medida; medidas feitas individualmente; padrão de alfaiataria.	10



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
9	Camisa de malha em tecido Piquet tipo ninho de abelha (favo de mel), 100% algodão, gramatura 175 g/m3, na cor cinza claro, pespontos da cor do tecido, gola sanfonada, platina na cor azul petróleo (mesmos tons da camisa social). Brasão e inscrição PREFEITURA DE JUIZ DE FORA bordada sobre a camisa a 15mm acima do bolso (lado esquerdo, nas dimensões 129 x 150mm), sendo o brasão nas dimensões 37 x 33mm (várias cores) e a inscrição PREFEITURA DE JUIZ DE FORA com 92mm de comprimento por 8,5mm de altura (em duas linhas) na cor azul petróleo, ao lado do brasão, ambos fornecidos em meio digital. Velcro para afixação de tarjeta de identificação, nas dimensões 120 x 22mm, colocado na frente, do lado direito, na mesma altura do brasão e inscrição. Acabamento sanfonado na manga na cor azul petróleo; pate em 3 botões, em madrepérola ou similar, cinza claro. Faixa refletiva com 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2º/-4º), nas mangas, em redor do braço, com 25mm de largura na cor prata, e uma faixa com 25mm de largura a uma altura de 40mm abaixo do bolso em todo o diâmetro da camisa (frente e costas) na mesma cor, ladeada por duas faixas na cor verde neon, na medida de 15mm fazendo o "efeito sanduíche". Logomarca da corporação bordada nas costas, acima da faixa refletiva, na cor azul petróleo, com 200mm de largura e 90mm de altura, em duas linhas. Bandeira de Juiz de Fora bordada na manga esquerda da camisa, e a bandeira do Brasil na manga direita, ambas medindo 4,0cm de largura e 2,75cm de altura. Confecção sob medida; medidas feitas individualmente; padrão de alfaiataria	220
10	Camisa social de manga curta feminina , modelo Agente de Trânsito em tecido TWILL SOFT (repelência a água e óleo; repelência a agentes químicos; construção: sarja 2/1 E; peso STD 190 g/m²; largura STD 1,61m; composição de 67% poliéster e 33% algodão; tecido pré-encolhido, com tingimento em cores firmes) na cor cinza claro e com bordado computadorizado sobre a camisa acima do bolso esquerdo (Brasão da P.J.F e ao lado a inscrição "PREFEITURA DE JUIZ DE FORA" em duas linhas); bolso direito e esquerdo, sendo que este com espaço reservado para canetas; velcro para afixação de tarjeta de identificação, nas dimensões 120 x 22mm, preso à camisa acima do bolso direito (mesma altura do brasão e inscrição); platina na cor azul petróleo; vira na cor azul petróleo; costas com pregas laterais. Camisa cinturada e com mangas um pouco mais curtas. Faixa refletiva com 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2º/-4º), nas mangas, em redor do braço, com 25mm de largura na cor prata, e uma faixa com 25mm de largura a uma altura de 40mm abaixo do bolso em todo o diâmetro da camisa (frente e costas) na mesma cor, ladeada por duas faixas na cor verde neon, na medida de 15mm fazendo o "efeito sanduíche". Logomarca da corporação bordada nas costas, acima da faixa refletiva, na cor azul petróleo, com 200mm de largura e 90mm de altura, em duas linhas. Bandeira de Juiz de Fora bordada na manga esquerda da camisa, e a bandeira do Brasil na manga direita, ambas medindo 4,0cm de largura e 2,75cm de altura. Confecção sob medida; medidas feitas individualmente; padrão de alfaiataria	80
11	Camisa social de manga curta masculina , modelo Agente de Trânsito, em tecido TWILL SOFT (repelência a água e óleo; repelência a agentes químicos; construção: sarja 2/1 E; peso STD 190 g/m²; largura STD 1,61m; composição de 67% poliéster e 33% algodão; tecido pré-encolhido, com tingimento em cores firmes) na cor cinza claro e com bordado computadorizado sobre a camisa acima do bolso esquerdo (Brasão da P.J.F e ao lado a inscrição "PREFEITURA DE JUIZ DE FORA" em duas linhas); bolso direito e esquerdo, sendo que este com espaço reservado para canetas; velcro para afixação de tarjeta de identificação, nas dimensões 120 x 22mm, preso à camisa acima do bolso direito (mesma altura do brasão e inscrição); platina na cor azul petróleo; vira na cor azul petróleo; costas com pregas laterais. Faixa refletiva com 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2º/-4º), nas mangas, em redor do braço, com 25mm de largura na cor prata, e uma faixa com 25mm de largura a uma altura de 40mm abaixo do bolso em todo o diâmetro da camisa (frente e costas) na mesma cor, ladeada por duas faixas na cor verde neon, na medida de 15mm fazendo o "efeito sanduíche". Logomarca da corporação bordada nas costas, acima da faixa refletiva, na cor azul petróleo, com 200mm de largura e 90mm de altura, em duas linhas. Bandeira de Juiz de Fora bordada na manga esquerda da camisa, e a bandeira do Brasil na manga direita, ambas medindo 4,0cm de largura e 2,75cm de altura. Confecção sob medida; padrão de alfaiataria	140



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
12	Camiseta básica de gola olímpica (T-shirt), em malha 100% algodão na cor branca. Brasão e inscrição PREFEITURA DE JUIZ DE FORA em pintura “silkscreen” sobre a camisa, no peito esquerdo, nas dimensões 129 x 150mm), sendo o brasão nas dimensões 37 x 33mm (várias cores) e a inscrição PREFEITURA DE JUIZ DE FORA com 92mm de comprimento por 8,5mm de altura (em duas linhas) na cor azul petróleo, ao lado do brasão, ambos fornecidos em meio magnético.	365
13	Capa de chuva em nylon Ripstop95, recoberta com poliuretano 210 PU nas duas faces, na cor azul petróleo ou marinho, totalmente impermeável com costuras seladas e impermeabilização para 10.000 mm de coluna de água, possuindo duas camadas de resina de silicone; tamanhos de 1.50m (GG), 1.30m (G), 1.10m (M), 0.90m (P); com pala e capuz com ajuste por meio de cordão, fechamento frontal por meio de velcro com extensão do capuz até 45cm da barra; mangas compridas com acabamento com fechamento em velcro no punho para regulagem do tamanho; duas aberturas frontais diagonais nas laterais da capa na altura da cintura com proteção anti-chuva; porta-capa confeccionado no mesmo material, com passador para o cinto. O material retrorrefletivo que comporá a capa deverá ser à base de elementos microprismático termo-ativados metalizados e totalmente afixados no nylon por processo térmico de pressão e calor, isento de costura e de solda eletrônica nas laterais, refletindo sua cor de dia e à noite, na forma de faixas e letras recortadas por computador obedecendo a seguinte disposição: nas costas: aplicadas sobre a pala, a logomarca da corporação dos Agentes de Trânsito, na cor cinza prata, com 200mm de largura e 90mm de altura em duas linhas (modeo fornecido em meio digital pela contratante).; na frente: na altura do peito e abaixo da pala, uma faixa com altura de 6cm e comprimento total de 65cm; nas mangas: ao redor do braço e do antebraço, duas faixas medindo 6cm de altura x 42cm de comprimento total; ao redor da barra da capa: a 50cm do seu final, uma faixa medindo 6cm de altura x 135cm de comprimento total; e ao redor da cintura: uma faixa medindo 6cm de altura x 135cm de comprimento total. As medidas terão tolerância máxima de 5%. A cor do refletivo será: Prata com 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2°/-4°) e todas as faixas refletivas deverão estar ladeadas, acima e abaixo, por fitas com a medida de 1,5cm na cor verde neon, fazendo o "efeito sanduíche".	75
14	Capacete para motociclista , certificações ECE (22.05), DOT, AS, ASS, CNSA, NBR (Brasil, em parceria com a Winner Motors); viseira dupla de fácil remoção, anti-risco e antineblina, acabamento em alto padrão, capacete mais leve, casco de resina termoplástica injetada (ABS ou PC), ventilação multiponto com condutores no queixo e na testa, tecido interior antialérgico, removível e ajustável. Logomarca da PJF adesivado na parte de trás e duas fitas adesivas, refletivas, na cor azul, em redor do capacete (os tamanhos seguirão modelo atual). Tamanhos do 56 ao 62. Cor branca ou prata.	10
15	Cinto tipo militar , na cor preta, confeccionado em lona ou náilon resistente com aproximadamente 3cm de largura x 120cm de comprimento com acabamento reforçado, com ponteira e fivela de metal na cor prata, resistente a danos como arranhões e oxidação.	75
16	Cinturão para afixação de acessórios , em lona ou náilon resistente, na cor preta, com 4,5 cm de largura, ajuste de tamanho por meio de velcro, acabamento em viés, com presilha/fivela de plástico reforçado.	75



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
17	Colete de Segurança de Alta Visibilidade , confeccionado em tecido 100% poliéster, na cor azul petróleo, com fechamento frontal por meio de zíper, regulagem lateral por meio de velcro, faixas reflexivas na cor amarela fluorescente de 5cm de largura com reflexibilidade de 700 cd/lux/m2. - Ajuste lateral facilitando a colocação do colete por cima da roupa. - Cintura ajustável com fechamento em velcro. - Confeccionado com tela e forro macio e respirável. - Bolsos internos, na altura do peito de ambos os lados. - Bolsos externos na parte inferior frontal, com aba protetora e fechamento por meio de velcro. - Bordados, fornecidos em meio magnético: Na frente brasão da PJF e Inscrição PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, do lado esquerdo, e velcro para fixação de tarjeta do lado direito; Nas costas: inscrição FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES. - Duas faixas refletivas em todo o diâmetro do colete, a 4cm e a 13cm acima dos bolsos externos.	15
18	Cordão de apito (alamar) , confeccionado em cordão rayan na cor preta com presilha de metal para afixação do apito de trânsito.	30
19	Jaqueta corta vento gola alta dupla face em 100% poliéster, largura de 1,50m, gramatura 99pm. Face externa: na cor azul petróleo ou marinho, pespontos na cor do tecido, cordão para ajuste na mesma cor do tecido com ponteira e punhos com regulador de tamanho em velcro. Bolsos externos tipo faca dos dois lados e bolso interno na altura do peito. Fecho-éclair, destacável, com aba protetora, de cima em baixo, na altura do quadril com cordão de ajuste e ponteira. Costuras impermeáveis. Faixa refletiva com 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2°/-4°), nas mangas, no sentido longitudinal, do ombro ao punho com 25mm de largura na cor prata ladeada por duas faixas na cor verde neon, na medida de 15mm fazendo o "efeito sanduíche" e uma faixa com 25mm de largura, a uma altura de 50mm abaixo do bolso em todo o diâmetro da jaqueta (frente e costas) na mesma cor, ladeada por duas faixas na cor verde neon, na medida de 15mm fazendo o "efeito sanduíche". Brasão da PJF, 42 x 48mm (fornecido em meio digital pela contratante), a 16cm do ombro, e a inscrição "PREFEITURA DE JUIZ DE FORA", em duas linhas ao lado do brasão, com 120mm de comprimento e 28mm de altura, sendo 11mm a altura das letras e 6mm de espaçamento. Logomarca da corporação bordada nas costas, na altura da pala, na cor cinza prata, com 200mm de largura e 90mm de altura em duas linhas (fornecido em meio digital pela contratante). Velcro para fixação da tarjeta de identificação do lado direito (mesma altura do brasão e inscrição) na medida de 120mm. Bandeiras de Juiz de Fora e do Brasil bordadas uma ao lado da outra logo acima do velcro para a tarjeta de identificação, ambas medindo 4,0cm de largura e 2,75cm de altura. Face interna: na cor amarelo fluorescente, pespontos na cor do tecido, punhos com regulador de tamanho em velcro. Bolsos externos tipo faca dos dois lados e bolso interno na altura do peito. Fecho-éclair, destacável, com aba protetora, de cima em baixo, na altura do quadril com cordão de ajuste e ponteira. Costuras impermeáveis. Duas faixas refletivas com 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2°/-4°), nas mangas, no sentido longitudinal, do ombro ao punho com 25mm de largura na cor prata e uma faixa com 25mm de largura a uma altura de 50mm abaixo do bolso em todo o diâmetro da jaqueta (frente e costas) na mesma cor e mesmas características. Brasão da PJF, 42 x 48mm (fornecido em meio digital pela contratante), a 16cm do ombro, e a inscrição "PREFEITURA DE JUIZ DE FORA", em duas linhas ao lado do brasão, com 120mm de comprimento e 28mm de altura, sendo 11mm a altura das letras e 6mm de espaçamento. Logomarca da corporação bordada nas costas, na altura da pala, com 200mm de largura e 90mm de altura em duas linhas (fornecido em meio digital pela contratante). Velcro para fixação da tarjeta de identificação do lado direito (mesma altura do brasão e inscrição) na medida de 120mm. Bandeiras de Juiz de Fora e do Brasil bordadas uma ao lado da outra logo acima do velcro para a tarjeta de identificação, ambas medindo 4,0cm de largura e 2,75cm de altura. Etiqueta centralizada, costurada na parte interna do bolso direito (tanto na face externa quanto na interna), indicativa da procedência do artigo, número do manequim a que se refere, composição do tecido e modo de conservação. Confeção sob medida; medidas feitas individualmente; padrão de alfaiataria.	75



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
20	<p>Jaqueta de Inverno Dupla Face em 100% poliéster, largura de 1,50m, gramatura 99pm, com enchimento em material sintético (fibra de poliéster). Face externa: na cor azul petróleo ou marinho, pespontos na cor do tecido, cordão para ajuste na mesma cor do tecido com ponteira e punhos com fechamento ajustável por zíper e tiras com velcro, com 5,5 cm de largura, na cor azul petróleo, platinas abotoáveis sobre os ombros na mesma cor do tecido. Gola alta. abertura frontal com fechamento por zíper, destacável, com aba protetora, de cima em baixo, na altura do quadril. Costuras impermeáveis. 02 bolsos internos na altura do peito e 02 externos em diagonal, tipo "faca", portinholas fechadas por velcro para proteção contra chuva sobre os bolsos. Faixa refletiva com 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2°/-4°), nas mangas, no sentido longitudinal, do ombro ao punho com 25mm de largura na cor prata ladeada por duas faixas na cor verde neon, na medida de 15mm fazendo o "efeito sanduíche" e uma faixa com 25mm de largura, a uma altura de 50mm abaixo do bolso em todo o diâmetro da jaqueta (frente e costas) na mesma cor e características, ladeada por duas faixas na cor verde neon, na medida de 15mm fazendo o "efeito sanduíche". Brasão da PJJ, 42 x 48mm (fornecido em meio digital pela contratante), a 16cm do ombro, e a inscrição "PREFEITURA DE JUIZ DE FORA", em duas linhas ao lado do brasão, com 120mm de comprimento e 28mm de altura, sendo 11mm a altura das letras e 6mm de espaçamento. Logomarca da corporação bordada nas costas, na altura da pala, na cor cinza prata, com 200mm de largura e 90mm de altura em duas linhas (fornecido em meio digital pela contratante). Velcro para fixação da tarjeta de identificação do lado direito (mesma altura do brasão e inscrição) na medida de 120mm. Bandeiras de Juiz de Fora e do Brasil bordadas uma ao lado da outra logo acima do velcro para a tarjeta de identificação, ambas medindo 4,0cm de largura e 2,75cm de altura. Face interna: na cor amarelo fluorescente, pespontos na cor do tecido, cordão para ajuste na mesma cor do tecido com ponteira e punhos com fechamento ajustável por zíper e tiras com velcro, com 5,5 cm de largura, na cor amarelo fluorescente, platinas abotoáveis sobre os ombros na mesma cor do tecido. Gola alta. abertura frontal com fechamento por zíper, destacável, com aba protetora, de cima em baixo, na altura do quadril. Costuras impermeáveis. 02 bolsos internos na altura do peito e 02 externos em diagonal, tipo "faca", portinholas fechadas por velcro para proteção contra chuva sobre os bolsos. Faixa refletiva com 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2°/-4°), nas mangas, no sentido longitudinal, do ombro ao punho com 25mm de largura na cor prata e uma faixa com 25mm de largura a uma altura de 50mm abaixo do bolso em todo o diâmetro da jaqueta (frente e costas) na mesma cor e mesmas características. Brasão da PJJ, 42 x 48mm (fornecido em meio digital pela contratante), a 16cm do ombro, e a inscrição "PREFEITURA DE JUIZ DE FORA", em duas linhas ao lado do brasão, com 120mm de comprimento e 28mm de altura, sendo 11mm a altura das letras e 6mm de espaçamento. Logomarca da corporação bordada nas costas, na altura da pala, com 200mm de largura e 90mm de altura em duas linhas (fornecido em meio digital pela contratante). Velcro para fixação da tarjeta de identificação do lado direito (mesma altura do brasão e inscrição) na medida de 120mm. Bandeiras de Juiz de Fora e do Brasil bordadas uma ao lado da outra logo acima do velcro para a tarjeta de identificação, ambas medindo 4,0cm de largura e 2,75cm de altura. Etiqueta centralizada, costurada na parte interna do bolso direito (tanto na face externa quanto na interna), indicativa da procedência do artigo, número do manequim a que se refere, composição do tecido e modo de conservação. Características para as duas faces: Fechamento: por zíper de plástico vislon azul petróleo, com cursor de metal reversível. Bolsos: dois internos medindo 16,0 cm de abertura lateral (uma em cada lateral) e 20 cm de profundidade; mais dois externos no modelo tipo faca, medindo, 18,5 cm de largura e 19,0 cm de profundidade, fechamento por portinhola fechada por velcro. Platinas: feitas do mesmo tecido, com 13,5 cm de comprimento e 5,5cm de largura na parte fixa e 5,0cm nas extremidades angulares, presas por botões de metal tipo cruzado do sul, fixadas 1/3 na parte traseira e 2/3 na dianteira. Costas: feita em peça única. Costuras: dupla em todo seu fechamento. Fixação de velcro para colocação da tarjeta (etiqueta de identificação) do lado direito, medindo 12 cm de comprimento e 2,0 cm de largura, posicionado a $\pm 12,5$ cm abaixo da costura do ombro e distantes do zíper $\pm 8,0$ cm. Nas costas: logomarca da corporação bordada nas costas, na cor cinza prata, com 200mm de largura e 90mm de altura em duas linhas (em meio magnético). Fixação de uma faixa refletiva, na cor prata, posicionadas $\pm 2,0$ cm abaixo do velcro da tarja, contornando toda a largura da jupon (frente e costas), medindo 2,5 cm de largura ladeada por duas faixas na cor verde neon na medida de 15mm, uma acima e outra abaixo da fita refletiva, fazendo o "efeito sanduíche", e mais duas, uma em cada manga, com 2,5 cm de largura, posicionadas do ombro ao punho, também ladeadas por duas faixas na cor verde neon na medida de 15mm, uma acima e outra abaixo da fita refletiva, fazendo o "efeito sanduíche". A cor do refletivo será: Prata com 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2°/-4°. OBS.: Na face amarela fluorescente as faixas refletivas não serão ladeadas pelas faixas na cor verde neon. Confecção sob medida; medidas feitas individualmente; padrão de alfaiataria.</p>	75



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
21	<p>Jaqueta em cordura para motociclista. 1 DESCRIÇÃO DO MATERIAL: Confeccionada em cordura 500, anti-abrasivo, repelente a água, resistente a queda a 120 km/h e a impacto de 80 kg, espessura de 12 a 14 linhas, de primeira qualidade, isento de cortes, furos, manchas ou qualquer defeito que prejudique sua apresentação, na cor preta, curtição através de tanantes minerais, tingido profundamente para obter boa penetração. Brasão e inscrição “PREFEITURA DE JUIZ DE FORA” bordada sobre a jaqueta a 15mm acima do bolso (lado esquerdo, nas dimensões 129 x 150mm), sendo o brasão nas dimensões 37 x 33mm (várias cores) e a inscrição “PREFEITURA DE JUIZ DE FORA” com 92mm de comprimento por 8,5mm de altura (em duas linhas) na cor prata, ao lado do brasão, ambos fornecidos em meio magnético. Identificação do agente (nome) bordado em cinza prata e tipo sanguíneo bordado em vermelho, com 12mm de altura na fonte ARIAL sobre etiqueta com velcro na cor preta, nas dimensões 120 x 22mm, presa na camisa com velcro acima do bolso direito. Nas costas: logomarca da corporação bordada nas costas, na cor cinza prata, com 200mm de largura e 90mm de altura em duas linhas (em meio magnético). Bandeira de Juiz de Fora bordada na manga esquerda da jaqueta, e a bandeira do Brasil na manga direita, ambas medindo 4,0cm de largura e 2,75cm de altura. 1.1 Características específicas: a) Com Fecho éclair na frente na cor preta, tipo Delta, com dentes injetados com granulado de nylon-66, cadarço feito com fio de acrílico mais fio de enchimento de poliéster, deslizador e terminais “ZAMAQ”, colocado no lado esquerdo, na costura que prende o forro ao espelho, a linha será de nylon ou poliéster, de 1ª qualidade, nº. 60, especial para cromo; b) com proteções em borracha nas costas, nos ombros e nos cotovelos, pespontado com dupla costura, em linha de seda pura; c) dois bolsos externos laterais enviesados com zíper, medindo cada um 16cm de largura por 16cm de profundidade; d) com um bolso do lado superior esquerdo, com 14cm de profundidade e 11cm de largura, fechado com zíper; e) gola aberta, pespontada, com botões metálicos, na cor preta (oxidado/100) e com 0,015 m de diâmetro, de pressão, em suas quatro pontas; f) possuir platina em forma de seta, confeccionada com material idêntico ao do blusão, fixada ao ombro através da costura da manga, com 12cm de comprimento, 3cm de base e 5cm de largura máxima em sua extremidade superior, que termina com uma ponteira de 2cm de comprimento, fixada por um botão de pressão cromado; g) na frente, para maior segurança quanto ao vento, possuir zíper transversal; h) ser forrado, por dentro, com cetim de cor preta; i) possuir dois bolsos internos (um de cada lado) medindo cada um 18cm de profundidade por 16cm de largura; j) possuir, em sua extremidade inferior e sobreposta ao blusão, uma cinta do mesmo material, com 5cm de largura, com uma ponteira de 8cm em sua extremidade esquerda, com dois botões metálicos, na cor preta (oxidado/100) e com 0,015 m de diâmetro, de pressão, sendo um em sua extremidade e outro a aproximadamente 10cm de distância, sendo esta cinta toda pespontada com dupla costura; k) possuir duas presilhas ligando sua frente a suas costas, sobrepostas a sua cinta, com 5cm de largura e 8cm de comprimento, com botão de pressão cromado em sua extremidade interior e terminadas em ponteiras; l) ter suas peças traseiras ligadas uma a outra, ao centro, por uma costura simples, embutida; m) ter duas peças laterais ligadas as respectivas peças traseiras, através de costuras simples, laterais e embutidas; n) em cada uma das mangas deverá possuir um fole que permita sua regulagem ao máximo de 6cm para mais, por meio de um zíper de aproximadamente 18cm de comprimento; o) trazer indicação de seu tamanho, por meio de etiqueta colocada em sua gola, do lado interno, que deverá conter também a identificação de seu fabricante, composição do material empregado na confecção, e maneira de lavar e secar; p) os aviamentos empregados em sua confecção deverão ser de absoluta primeira qualidade; q) fitas refletivas de 700 candelas/lux/m2 (método ASTM E 810, ângulos de 0,2º/-4º), com 25mm de largura na cor prata, nas mangas, e abaixo e acima do bolso em todo o diâmetro da jaqueta (frente e costas). Pespontos: terá todas as costuras pespontadas duplamente, com exceção das emendas do lado interno da manga, do dianteiro com o traseiro da jaqueta e, da manga com o ombro. 2 CONDIÇÕES TÉCNICAS:a) o cordura será tingido com uma mistura de 2% de corantes ácidos de 0,5 a 1% de corantes diretos (porcentagem referindo-se ao peso rebaixado); b) para fixação do tingimento usa-se depois de conseguida a penetração necessária, ácido fórmico, sendo recomendado rettingir com 2 a 3% de gambir, para tornar o cordura mais macio; c) deverá ter acabamento resistente à luz solar, à água, à lavagem, ao álcalis, aos ácidos, ao ferro quente e à fricção. 3 EMBALAGEM:As peças dever ser acondicionadas em sacos plásticos individuais (com numeração visível).</p>	10

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD
------	---------------	-----



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22	Luva em cordura para motociclista. 1 DESCRIÇÃO: Confeccionada em cordura 500, anti-abrasivo, repelente a água, resistente a queda e a impacto, na cor preta, cano longo, aplicações de reforços em cordura preto nas palmas e costas das mãos, com forração interna de espuma coberta com tecido dublado, elástico nos punhos costurados internamente em toda a volta para ajustagem, e um dispositivo de fechamento pelo sistema de velcro; 1.1 Os reforços das costas das mãos deverão ser acolchoados internamente com espuma e pespontados; 1.2 Espessura do cordura: 1.2.1 mão: de 0,5 a 0,7 mm; 1.2.2 canhão: de 0,8 a 1,0 mm. 1.2.3 cordura 500: não poderá conter nenhum defeito natural e estar isento de cortes, cicatrizes, calosidades, picadas, manchas, bem como sinais de parasitas e chifradas; 1.3 Todos os tamanhos entre 7,5 e 9,5 polegadas, nas quantidades definidas em edital. 2 CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO PUNHO: Ser confeccionado em cordura camurçado, revestido com pelica, medindo 11cm de altura; ter uma abertura, em sua lateral direita, no alinhamento da mão espalmada, de 4cm de largura, 12cm de comprimento e 8cm de profundidade, sendo as quinas arredondadas. 3 ETIQUETAS: Terá etiqueta de pano indicativa do número do manequim e instruções de conservação; devidamente costurada internamente na junção do punho com a luva. 4 EMBALAGEM: Ser embaladas por unidade (par) em saco plástico transparente e acondicionadas em caixas de papelão.	15
23	Manguito para proteção dos braços contra os raios ultravioleta do sol. Cor: Cinza, branca ou preta. Confeccionado em Microfibra de Poliamida 6.6 Contra Raios Uva E Uvb, com toque macio, alto conforto térmico, compressão leve e secagem rápida, com proteção UV50+, tratamento antimicrobiano, sem costuras para diminuir as áreas de fricção, acabamento com reforço no punho e no braço, recorte anatômico. Unidade: Par	300
24	Meia feminina , na cor preta, lisa, com lycra, tamanho do número 34 ao 39. Composição: 70% de algodão, 27% de poliamida, 2% de elastano, 1% de elastodieno. Medidas com 5% de margem de erro.	150
25	Meia esportivamasculina , na cor preta, lisa, de algodão, tamanho do número 38 ao 43. Composição: 76% de algodão, 20% de poliamida, 4% de elastodieno. Medidas com 5% de margem de erro.	300
26	Meia social , na cor preta, lisa, algodão cabide, tamanho do número 38 ao 43. Composição: 80% de algodão, 18% de poliamida, 2% de elastodieno. Medidas com 5% de margem de erro.	60
27	Tarjeta de identificação do agente (nome) bordado em cinza prata e tipo sangüíneo bordado em vermelho, com 12mm de altura na fonte ARIAL sobre etiqueta com velcro azul petróleo, nas dimensões 120 x 22mm.	150
28	Tênis de segurança na cor preta. Tênis de uso operacional, altura abaixo do tornozelo, constituído em couro bovino flor integral tipo nobuck, com espessura e 21/23 linhas (2,1 a 2,3 milímetros), dublado com tecido de dupla junta em poliéster de alta resistência com poros circulares que aceleram a respiração, forro interno 100% respirável tecnologia 3D com tratamento bactericida em poliamida/poliéster no sistema de célula aberta para facilitar a dispersão. Linha de 8Ilhoes redondos pefurados, fechamento frontal em cadaço 1,7cm com trama em poliamida, cabo duplo de poliéster, na cor preta, com ponteiros em acetato ou resinada, comprimida ou plastificada, costuras em linha de poliamida super fio com torção left-right 30 ou 40 de acordo com necessidade, palmilha de montagem em resina polimérica não metálica fixada ao cabedal por montagem com espessura mínima de 2,5 mm, biqueira de segurança em material termoplástico, palmilha de conforto anatômica em PU com sistema regular fit (ajuste ao pé), solado composto em borracha com sistema para drenagem de água, fixado através de vulcanização, boa aderência em superfícies molhadas, com sugos para saída de lama. Numeração do 33 ao 44.	75



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREÇO MÉDIO ESTIMADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Médio Total (R\$)
1	Apito três sons para trânsito	75	50,00	3.750,00
2	Bolsa com divisórias para porte de documentos	75	150,00	11.250,00
3	Boné em microfibra	220	40,00	8.800,00
4	Bota de alto desempenho	75	851,11	63.833,25
5	Bota de motociclista cano alto	10	500,00	5.000,00
6	Calça modelo cargo feminina	100	125,00	12.500,00
7	Calça modelo cargo masculina	200	125,00	25.000,00
8	Calça náilon impermeável	10	130,00	1.300,00
9	Camisa de malha em tecido Piquet gola Pólo	220	70,00	15.400,00
10	Camisa social de manga curta modelo feminino	80	100,00	8.000,00
11	Camisa social de manga curta modelo masculino	140	100,00	14.000,00
12	Camiseta básica de gola olímpica (T-shirt)	365	38,00	13.870,00
13	Capa de chuva em náilon	75	300,00	22.500,00
14	Capacete para motociclista	10	699,00	6.990,00
15	Cinto tipo militar	75	70,00	5.250,00



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	Valor Médio Unitário (R\$)	Valor Médio Total (R\$)
16	Cinturão para afiação de acessórios	50	80,00	4.000,00
17	Colete de Segurança de Alta Visibilidade	15	200,00	3.000,00
18	Cordão para afiação de apito	30	21,00	630,00
19	Jaqueta corta vento dupla face em náilon	75	210,00	15.750,00
20	Jaqueta Inverno Dupla Face	75	380,00	28.500,00
21	Jaqueta em cordura para motociclista	10	380,00	3.800,00
22	Luva em cordura para motociclista	15	123,33	1.849,95
23	Manguito para proteção dos braços	300	65,00	19.500,00
24	Meia esportiva feminina na cor preta	150	5,80	870,00
25	Meia esportiva masculina na cor preta	300	8,90	2.670,00
26	Meia social na cor preta	60	6,92	415,20
27	Tarjeta de identificação	150	16,00	2.400,00
28	Tênis de segurança	75	139,32	10.449,00
TOTAL				311.277,40